

Dívida paulista: situação insuportável.

A advertência é do secretário da Fazenda, João Sayad, ao pedir regras de financiamento para o setor público. "Brincar com isto é brincar com fogo", disse.



— Boa vontade não enche estômago de ninguém. Estou precisando de definição de limites e que as regras do governo federal não massacrem financeiramente o Estado de São Paulo — desabafou ontem o secretário da Fazenda paulista, de volta de Brasília, onde manteve duas reuniões, tentando obter novos tetos de financiamento do serviço da dívida das empresas do Estado, ao nível de US\$ 2 bilhões para este ano.

Ao informar sobre as reuniões, com o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, e com o titular da Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest), Sayad caracterizou a situação como inteiramente "insuportável".

— A situação está ficando insuportável. Nós queremos regras de financiamento decentes para cumprir um programa mínimo de manutenção do setor público, que é fundamental para a ordem e a paz social. Os Estados estão encarregados da segurança, saúde, educação. Então, brincar com isso é brincar com fogo.

— O quadro é desesperador e precisa de uma solução imediata — disse. — Estamos com a questão da rolagem da dívida totalmente parada. Nós queremos regras de financiamento decentes, para cumprir um programa mínimo de manutenção do setor público e é preciso que o governo federal entenda claramente a situação de São Paulo e dê limites compatíveis com a nossa capacidade financeira.

O secretário da Fazenda paulista informou que o montante total da dívida é de Cr\$ 1 trilhão, incluindo-se a soma dos atrasos bancários, de fornecedores e outras obrigações das empresas estatais paulistas. O atraso com o sistema bancário situa-se entre US\$ 650 e 700 milhões.

"A questão da rolagem da dívida está colocada em limites absolutamente insatisfatórios, até o momento. O governo federal permitiu 100% da rolagem das Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado de São Paulo (ORTPs), como forma de endividamento para permitir o pagamento ao BNH. Que dizer, deu com uma mão e recebeu com a outra. Os Cr\$ 100 bilhões que ele permitiu de endividamento de São Paulo foi para pagar o atraso com o BNH, que estava emperrando todo o funcionamento da Sabesp.

Mas, segundo Sayad, a dívida imobiliária (em ORTPs) é uma parte pequena da dívida global. O grosso do endividamento é externo. Até o momento, o governo paulista não conseguiu nenhuma autorização de empréstimos, acumulando um grande atraso com os bancos privados e com o Banespa. — O governo paulista quer que, na definição dos limites de endividamento, isto é, quanto nós podemos tomar de empréstimos sejam considerados os atrasos, tanto com o governo federal quanto com os bancos privados. O que está acontecendo que as ofertas do governo federal incluem apenas os atrasos para com o próprio governo federal. Ele exclui o resto.

Sayad calcula que tem este ano um serviço da dívida da ordem de 25\$ 2 bilhões. Isto é o que vemos este ano e o que se deixou de pagar em 1983 mas o governo federal trabalha com um número de US\$ 1,5 bilhão, porque considera apenas como parte da dívida aquilo que está atrasado para ele, governo federal, sem considerar a parte da dívida com o Banespa e com os bancos privados.

Ele disse que sentiu boa vontade do presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, ex-secretário da fazenda de São Paulo, em solucionar o problema, mas acha que isto não basta.

— Os pagamentos estão atrasados porque nós não estamos conseguindo renovar a dívida externa. E não estamos conseguindo renovar nenhum tostão dessa dívida por duas razões: falta de limites pela Sest, com a famigerada Resolução N° 831, e o fato de o governo federal não querer nos dar aval. Há relutância do governo federal em nos dar aval. São dois conjuntos de regras que impedem que nós façamos qualquer operação. Porque nem o governo federal nem ninguém há de imaginar que nós possamos pagar Cr\$ 1 trilhão de dívida externa todo ano — concluiu Sayad.